



# O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO)

Claudio Moreira Bento

---

*Extraída de palestra proferida, pelo autor, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (20 de abril de 1988) e no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (24 de maio de 1988), a matéria fixa, no registro de fatos históricos e de testemunhos, a posição do Exército - seu pensamento e ação - no contexto abolicionista. Ela preenche, dessa forma, uma lacuna sentida no trato do assunto, por quantos dele se têm ocupado, dentro das comemorações do Centenário da Abolição.*

---

## INTRODUÇÃO

**D**entro do conjunto de reflexões que se impõem acerca do negro e descendentes no Brasil, na oportunidade do Centenário da Abolição, não poderia faltar um estudo sobre o Exército Brasileiro e a Abolição.

Para tal impunha-se um estudo retrospectivo - o que realizamos, como preparação - da evolução histórica do relacionamento do negro e descendentes com o Exército, este enten-

dido como as Forças Terrestres Brasileiras que o antecederam do Descobrimento à Independência, e o Exército propriamente dito desde a Independência, quando foi criado, até a Abolição e, mais além, até os dias atuais.

Desse estudo retrospectivo, que realizamos e do qual apresentamos cerca de uma sexta parte, concluímos entre outras coisas:

1º - Que a contribuição do negro e seus descendentes foi maciça, marcante e efetiva no

campo militar, para ajudar a levar aos brasileiros um país de dimensões continentais, cristão e, talvez, a maior democracia racial, em que pese detectar-se vez por outra, sem justificação científica, pequenas manchas de preconceito e de discriminação racial e até de racismo.

2º – Que apesar das manchas mencionadas, a situação do Brasil é invejável, a concluir-se de Arnold Toynbee, que foi considerado o maior historiador ocidental. Ele escreveu, em *a Sociedade do Futuro*:

“A meu ver, o sentimento racial é uma ameaça à paz mundial e um obstáculo à unidade da humanidade. No entanto, espero que o resto do mundo siga o exemplo do Brasil, México, Paquistão e Havaí e venha abandonar este preconceito em relação às diferenças físicas raciais. Já se referiu ao fato das diferenças culturais terem um papel mais importante no sentimento racial que as diferenças de cor de pele ou outras variedades no aspecto físico”.

Em torno do mesmo assunto, Toynbee emitiu este pensamento relevante:

“Os antropólogos afirmam não existir nenhuma raça pura. Mesmo nas regiões mais segregadas há mistura de raças. No entanto o sentimento racial existe e nos toca a todos. É um perigo, para o mundo e a maioria dos homens, envergonhar-se desse sentimento. Os cães não têm nenhum preconceito racial em relação aos outros. Um cão

branco confraterniza normalmente com um cão preto”.

3º – Que, se Toynbee apontou uma situação privilegiada para o Brasil, no tocante à integração racial, o Exército, historicamente, tem desfrutado situação, acreditamos, ainda mais privilegiada, de solidariedade e convivência harmônica entre homens de diversas raças, e do branco e do negro e descendentes em especial. Constar essa singularidade é obra de simples raciocínio e verificação.

4º – Que a redenção social gradual do negro dos grilhões da escravidão para a liberdade, no Brasil, foi sendo conquistada por ele como combatente nos campos de batalha do Brasil de 1500 a 1988, em lutas internas e externas, particularmente, como excelente e valoroso soldado de Infantaria.

Isto com apoio, principalmente, em J.B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*, onde escreveu:

“As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e Índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população. Os brancos fugiam com mais facilidade do Serviço Militar, pois aqui vinham em busca de riquezas e aventuras e a Colônia oferecia melhores oportunidades do que o Serviço Militar aos mais habilitados socialmente. Assim escapavam do Serviço Militar de 10 anos,

sujeito a castigos corporais e a crônicos atrasos de vencimentos. Na Colônia eram impraticáveis as leis de Portugal e era fácil fugir-se à justiça real.

"Assim, o Serviço Militar atingia os mais humildes e deserdados da sorte, os negros e os índios que, no Império, vão compor a grande massa de soldados, recrutados nas camadas mais humildes da população brasileira."

5º – Que o Duque de Caxias, atual Patrono do Exército, é um destacado pioneiro abolicionista. Isto por haver assegurado a liberdade, ao final da Revolução Farroupilha, por sua conta e risco, contrariando instruções superiores, a 120 lanceiros negros que haviam lutado pela causa republicana farroupilha. Ato abolicionista que praticou 43 anos antes da Lei Áurea. Para melhor protegê-los como excepcionais soldados que eram, os incorporou aos três regimentos de Cavalaria Ligeira, um dos quais sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Luiz Osório, mais tarde General Osório, atual patrono da Cavalaria Brasileira, que os recebeu em Ponche Verde, em 1º de março de 1845, para incorporá-los, como livres, ao Exército Brasileiro.

6º – Que foi dos campos do Paraguai que sopraram, definitivamente, os ventos da liberdade para os escravos do Brasil. Ventos soprados pela bravura, pelo heroísmo, pelo patriotismo, pela

dedicação, pelo sangue vertido e pelas vidas imoladas de negros e descendentes livres, muitos ex-escravos, lado a lado, ombro a ombro com os brancos e pardos, numa longa, penosa e sofrida guerra em defesa da soberania e integridade da Pátria comum.

7º – Que no Exército, como nos demais segmentos da sociedade, a presença do negro brasileiro em posições de mando e destaque ainda continua exceção. No Exército registra-se o Marechal João Baptista de Mattos, neto de escravos, que foi respeitável e respeitado chefe militar, além de destacado historiador.

Alguns fatos históricos e testemunhos, que passaremos a enfocar, caracterizam a sensibilidade e as reações do Exército, dentro do contexto abolicionista.

### **Sociedade Libertadora de Escravos de Porto Alegre**

Um fato marcante e pioneiro dentro da campanha abolicionista ocorreu em Porto Alegre, quando o General Manoel Marques de Souza (III) e Conde de Porto Alegre, herói de nossas lutas externas, sugeriu em 25 de agosto de 1865, quase ao final da Guerra do Paraguai, a criação da Sociedade Libertadora de Escravos, cuja presidência lhe coube, no âmbito do Parthenon Literário, entidade cultural pioneira da Província do Rio

Grande do Sul, fundada por 70 intelectuais gaúchos.

A sociedade, presidida pelo Conde de Porto Alegre, destinava-se a libertar crianças escravas. Ela foi a primeira sociedade no gênero, acreditamos, na fase do abolicionismo brasileiro.

Portanto, iniciativa de um heróico oficial general do Exército Imperial do Brasil, natural de Rio Grande – RS.

Sua atitude deve ter provocado reações como esta em Canguçu-RS. Quando do retorno das tropas desta então vila, do comando do Tenente-Coronel Theophilo de Souza Mattos, que fora comandado do Conde de Porto Alegre no 2º Corpo do Exército, um grupo abolicionista local promoveu cerimônia pública, ocorrida no desde então cerco da Liberdade, onde deram liberdade a duas escravas menores. O orador da cerimônia foi Antônio Joaquim Bento, orador de Maçonaria local e professor régio, que assinalou que “as tropas locais vindas da longa guerra não poderiam receber melhor acolhida do que com aquele gesto libertário de duas escravas menores”.

### **Reunião da Loja Maçônica Fé**

Sabe-se que, em 1870, depois do término da Guerra do Paraguai, por ocasião de visita a Assunção do Visconde do Rio Branco, na qualidade de representante do Governo do Brasil junto a suas forças em operações no Paraguai, a Loja Maçõ-

nica Fé local, integrada por oficiais do Exército, se reuniu em sessão magna em honra ao ilustre visitante que havia sido eleito Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil.

Nessa sessão, falou o orador da loja, o Major de Infantaria do Exército Felipe Neri Monteiro, que então apelou ao Visconde, detentor de altíssimas funções no Governo do Brasil e na Maçonaria Brasileira:

“Libertamos um povo, mas em nossa pátria geme ainda na escravidão um sem-número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro.

Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso extremado patriotismo podem fazer com que, para esses infelizes, raie também o sol da liberdade.

É uma empresa digna de vossas virtudes patrióticas de vossos sentimentos generosos.”

O apelo da Loja Maçônica Fé, ao Visconde do Rio Branco, frutificou em 28 de setembro de 1871, quando foi sancionada a Lei do Ventre Livre, por ele apresentada e defendida, com veemência, em cumprimento à promessa feita a oficiais do Exército, em Assunção.

### **Abolição - Conseqüência da Guerra do Paraguai**

Segundo a *História do Exército Brasileiro*, editada pelo Es-

tado-Maior do Exército, através de Comissão de História presidida pelo Coronel Francisco Ruas Santos, da qual fizemos parte como seu adjunto:

"Pode-se alinhar entre as conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (ou Guerra do Paraguai), a decisiva contribuição para a emancipação dos escravos do Brasil. Além da motivação apontada, havia na tropa brasileira em campanha a presença de inúmeros negros alforriados, combatendo, ombro a ombro, com a elite do Exército. Isso proporcionara a seus oficiais inúmeros ensinamentos. Deulhes oportunidade de se inteirar e melhor conhecer os problemas, as dificuldades e as injustiças contra os negros. Esses homens lutavam tão bravamente quanto os soldados recrutados, os guarda-nacionais e os voluntários da pátria, que correram pressurosos a se alistarem nos quartéis, às primeiras notícias dos ataques das forças de Lopes."

#### **Antecedentes imediatos à Petição do Clube Militar à Princesa Isabel pedindo para liberar o Exército da captura de escravos**

Segundo se conclui de R. Magalhães Junior, em *Deodoro, a Espada contra o Império*, o abolicionismo entrara nos quartéis e lá fizera morada. O próprio Marechal Deodoro da Fonseca, já Presidente do Clube

Militar, foi candidato a cargo eletivo com apoio da Confederação Abolicionista. Não sendo eleito, declarou à manifestação popular que recebeu:

"Estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada, enquanto tiver em seu seio a escravidão."

Em setembro de 1887, alunos da Escola Naval e da Escola Militar se solidarizaram ao tribuno da Abolição, Joaquim Nabuco, por sua eleição a deputado por Pernambuco.

Os alunos da Escola Militar foram punidos por ordem do Ministro da Guerra, Conselheiro Delfino Ribeiro da Luz. Deodoro saiu em defesa dos mesmos, tendo declarado na ocasião:

"Somente espírito partidário muito feroz ou, o que é mais triste, o baixo desejo de agradar e chamar a atenção, podiam enxergar crime nesse ato que é permitido a todo o cidadão e não foi ainda proibido ao soldado."

Joaquim Nabuco então saiu em defesa do Exército contra sua utilização pelo governo na captura de escravos.

"A escravidão ainda se reflete sobre o modo pelo qual o governo trata o Exército Brasileiro. O governo está empregando o nosso Exército em um fim completamente estranho a tudo o que há de mais nobre para o soldado. O Governo quer empregar os soldados brasileiros como capitão-do-mato na pega

de negros fugidos! Existe profissão mais honrosa do que a do soldado? Existe profissão mais degradante do que a de capitão-do-mato?"

A partir da Lei do Ventre Livre, segundo ainda Magalhães Junior, "a participação do Exército Brasileiro foi constante e firme, transformando-se em fator decisivo para o término da escravidão em nosso país".

Ilustram, como amostragem à conclusão acima, os seguintes fatos, entre outros:

O sentimento abolicionista que soprou dos campos de batalha do Paraguai foi ganhando corpo. Em Fortaleza, o heróico Gen Tibúrcio Ferreira de Souza se engajou no processo. O Ten Cel Antonio Sena Madureira recebeu, na Escola de Tiro de Campo Grande, jangadeiros que tiveram ação destacada no Ceará, na libertação antecipada dos escravos. Benjamin Constant foi o maior adversário do trabalho servil. Posições semelhantes se observaram em outros membros da 1ª Diretoria e Corpo Social do Clube Militar, em 1887-88 integrada por oficiais das Forças Armadas (Exército e Marinha).

Podemos afirmar que a escravidão feria o corpo discente e docente da Escola Militar da Praia Vermelha, e profundamente o Exército Imperial, integrado por expressiva massa de negros e descendentes livres.

Tornou-se um dos maiores abolicionistas o ex-1º Tenente de Engenheiros do Exército André Pinto Rebouças.

## O Clube Militar e a Abolição

Todos os antecedentes aqui apresentados como amostragem criaram o clima e o momento ideais para que o Clube Militar, em 26 de Out 1887, quando completava quatro meses de existência, enviasse a seguinte petição à Princesa Isabel, petição eloqüente por si só e que dispensa comentários. Dela, transcrevemos, com grafia atualizada, os seguintes trechos:

"Senhora!

"Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial vênha para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. . .

"... Esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército, que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros, que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma.

"Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem, para reconquistá-lo, é capaz de tudo: de um momento, um covarde torna-se um herói; ele, que dantes era a inércia, se multiplica e se subdivide, e, ainda mesmo es-

magado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. . .

"...Impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre.

"Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios da humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade, o Imperador, vosso augusto Pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudades, em nome do vosso futuro e do futuro de vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Eles não desejam o esmagamento do preto pelo branco e não consentiriam também que o preto, embrutecido pelos horrores da escravidão, conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco.

"O Exército havia de manter a ordem. Mas, diante de homens que fogem calmos, sem ruído, mas traqüilamente, evitando, tanto a escravidão como a luta, e dando, ao atravessar cidades, enormes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosa e pede em

nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende."

O Marechal Deodoro, signatário da petição desde 1883 junto com seus irmãos, filhos da espartana Rosa da Fonseca, haviam, em conjunto, dado liberdade a todos os escravos da família.

Meses antes, o Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira, em função militar em Porto Alegre, ligada à estruturação da futura Escola de Preparação e Tática do Rio Pardo, escreveu um artigo abolicionista em *A Federação*.

Em consequência, foi atacado pessoalmente pelo deputado escravocrata Franco de Sá, da tribuna da Câmara. Sena Madureira, usando o direito de resposta, revidou ao ataque pela imprensa, pelo que foi punido.

Em sua defesa saiu a guarnição do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Marechal Deodoro da Fonseca e mais o Senador, Marechal de Exército, Correia de Câmara e o jornal *A Federação*.

Esse incidente de fundo abolicionista foi a principal vertente da chamada Questão Militar. Ela evoluiu para a permissão aos militares, cidadãos com plenos direitos dos demais, recorrerem à imprensa, para expressarem seus pensamentos, independentes da censura, salvo em se tratando de debates entre militares sobre questões de serviço; para o cancelamento das punições impostas a Sena Ma-

dureira e Cunha Mattos, por haverem se defendido pela Imprensa de ataques recebidos dos parlamentares Francisco de Sã e Simplício de Resende; para a criação do Clube Militar em 26 de Jun 1887; para a Petição à Princesa Isabel em 26 Out 1887, pela liberação do Exército dos encargos de cooperar na prisão de escravos fugitivos; para a Lei Áurea de 13 Mai 1888 e, finalmente, para a Proclamação da República, em 15 Nov 1889.

### **Um testemunho do Marechal Rondon**

O Marechal Rondon, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha (1884-90), e também empenhado profundamente na abolição da escravatura, assim viu as conseqüências da petição firmada pelo líder da classe militar de terra, ou do Exército — Marechal Deodoro da Fonseca, ao depor para a escritora Esther Viveiros na obra *Rondon Conta a sua Vida*:

“Tive a honra de participar de dois movimentos cívicos que, logicamente, se encandeiaram: a Lei Áurea e a Proclamação da República...

“Já era antigo o anseio de libertar os escravos...

“...A questão militar viria agravar a efervescência política, questão esta, em parte, conseqüência do erro político da Monarquia de manter a escravidão, deixando que o movimento abolicionista se fizesse à revelia do governo.

“Enviou o General Deodoro da Fonseca uma representação à Princesa para que não obrigasse o Exército a colaborar na captura de escravos. Estava assim feita de fato a abolição, certos os fugitivos de que ficariam impunes, uma vez que o Exército não mais colaboraria nas batidas para os capturar.”

### **Um caso de omissão do Exército na captura de escravo**

Ilustra a omissão do Exército na captura de escravos o seguinte incidente registrado pela *História do Exército Brasileiro*:

“O alferes Gasparino Carneiro Leão foi mandado à frente de um contingente para interceptar a coluna de escravos fugitivos que passava pelo desfiladeiro de Santo Amaro, com destino a Santos, local de refúgio seguro. Chegando ao alto da ladeira avistou a turba descendo para o fundo do vale. Destacando um anseçada (antiga graduação entre o soldado e o cabo) conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar os extenuados perseguidos a debandarem para a mata adjacente, foi recebido com desconfiança, pelo chefe do grupo de escravos, o preto Pio que, ignorando os generosos intuitos do alferes Gasparino, foi ao encontro do anseçada mensageiro e matou-o com uma foice. De imediato os soldados atiraram sobre o preto Pio, que caiu morto.

“O alferes Gasparino não

consentiu na chacina dos demais escravos, que se dispersaram apavorados. Voltou com seu contingente para São Paulo. Submetido a Conselho de Guerra, foi absolvido.

"Desta forma, agiu na forma que agiria mais tarde o citado Marechal Rondon em relação aos índios:

"Morrer se preciso for! Matar, nunca!"

### Ruy Barbosa reconhece contribuição do Exército A Abolição

Ruy Barbosa, em artigo insuspeito sob o título *O Dia Máximo*, alusivo ao dia da Abolição, no dia 14 de maio de 1888, assim viu a petição do Clube Militar à Princesa Isabel, de 26 de outubro de 1887, acompanhada da recusa do Exército de participar da caçada de escravos foragidos:

"Foi o trono que convocou a postos o Exército, para abrir nas serranias de S. Paulo a caçada aos cativos foragidos no seio protetor das matas, restituindo-os à opressão das senzalas.

"Mas os soldados brasileiros não se prestaram a descer abaixo de escravos, resignando-se a instrumento do cativo sacudido por eles; e, com a firmeza dos heroísmos tranqüilos da consciência, interpuseram gloriamente, na mais peremptória recusa, uma barreira insuperável entre a coroa e a liberdade proclamada naquela insurreição in-cruenta.

"Essa desobediência bendita, essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro, firmada no granito das montanhas do sul pela ponta, indócil a vilanias, da espada do nosso Exército.

"Espada redentora, tu cresceste no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris, o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então, incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso, à transformação liberal das nossas instituições."

Foi comum a imprensa abolicionista então tratar o Exército Imperial de Libertador e a Princesa Isabel de Redentora.

### Síntese Conclusiva

Esta é parte da verdade histórica que pouco tem sido ressaltada no Centenário da Abolição pelos variados segmentos da sociedade que têm tratado do assunto.

Como conclusão final, podemos afirmar que a contribuição das Forças Armadas foi decisiva para apressar a Lei Áurea e que a Abolição da Escravatura se fez, de fato, em 26 de outubro de 1887, como consequência da Petição do Clube Militar

à Princesa Isabel, no sentido de liberar o Exército do encargo de capturar negros fugidos. Essa petição redundou na recusa do

Exército em desempenhar missões de captura de escravos. E, como disse o Marechal Rondon, depois disso a abolição se fez.



**CLAUDIO MOREIRA BENTO** – Coronel R/1 do Exército. Atualmente é Diretor do Arquivo Histórico do Exército, membro da Comissão de História do Exército e Presidente do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. É membro ainda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande

do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das academias Brasileiras de História, Riograndense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, do Instituto Bolivariano do Rio de Janeiro e Instituto dos Centenários. Possui 16 livros e plaquetes escritos e expressivo número de artigos em periódicos militares e civis do Brasil. Integrou a Comissão de História do Exército Brasileiro do EME (1971-74). Foi instrutor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (1976-80) e coordenou a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, no Recife, PE, em 1971.